

em 3 anos não se podem tirar dois dias para escutar tais clamores e necessidades desses; o conselheiro Coracy acredita que o processo de crítica é importante para evolução, faz coro com a crítica da Milda e reforça a ausência dos Conselheiros de Direito e Tutelares. Acredita que precisa-se consolidar esses processos de suporte para essas ações, pensar o que se consegue pensar para construir nesses processos de forma mais consolidada. Pensa numa linha de investimento do Fundo para ressaltar a participação das crianças e dos adolescentes, e por fim, parabeniza a Conferência; o conselheiro Paulo pontua que muitas propostas foram remetidas a Comissão de Políticas Públicas e sugere que muitas sejam remetidas para análise juntamente ao próximo edital; a presidente Adriana resalta a importância das falas dos conselheiros, e acredita que deve-se repensar a forma de diálogo com as crianças e adolescentes. Cabe ao CDCA abrir fala para criança e adolescente. Pensa em seminários e encontros para ter uma maior interação com as crianças e adolescentes. Na sua avaliação como todo, foi feito tudo que foi possível e por fim, o papel do Conselho foi concluído. Pontua a falta que fez a ausência dos Conselheiros. Relata que se preocupa que as crianças e adolescentes entre em ciclo de diálogos violentos e extremamente combativos. Entende que existe diferença em ajudar e estimular diálogos, já que vislumbrou diversos diálogos agressivos até mesmo aplaudidos por alguns; o conselheiro Coracy pontua que algumas funções nos colocam no “papel de chato”. Sabe que coordenar todo o processo é bastante complicado, mas acredita que é um processo de amadurecimento. III. Conselho de Administração do Fundo: o conselheiro Júlio pede maior participação e presença dos conselheiros nas reuniões que muitas vezes acabam sendo canceladas por falta de quórum. Pede desculpa pela ausência na Conferência; o conselheiro Jairo apresenta os dados dos dois últimos anos de recursos disponibilizados e executados do fundo. Explica que precisa-se encontrar uma forma de executar e acredita que deve-se publicar outro edital com urgência. E ver urgência na definição de data da reunião com todas as instituições que apresentaram projetos; o conselheiro Coracy questiona como a Subsecretaria poderia contribuir. Propõe um eixo de protagonismo e participação dos adolescentes e questiona o que poderia ser feito para fortalecer a estrutura da Secretaria Executiva. Se dispõe a coordenar para realizar a reunião juntamente às instituições; a presidente Adriana explica que a utilização do fundo é mais complexa do que apenas falta de material humano, deve-se fazer diagnóstico do que tem que ser melhorado pois todos têm interesse em facilitação de acesso ao fundo. Valida a importância da reunião com as entidades, mas acredita que não dá para ser uma prioridade no momento atual já que toda a eleição dos Conselheiros Tutelares é operacionalizada dentro da Secretaria Executiva. Caso seja realizada antes do dia 06 e outubro, que seja operacionalizada exclusivamente pelos Conselheiros de Direito; o Secretário Executivo Rokmgelhe afirma que de fato a questão do fundo é complexa e devem-se pensar de forma mais ampla, se não tiver um planejamento a longo prazo, sempre estarão “apagando fogo”. Precisa-se da desburocratização o registro no Fundo, devem simplificar o processo, precisam de regulamentação mais simplificada dos processos. Se não trabalharem com agilidade, continuarão trabalhando da forma que está ocorrendo e não irá ter evolução; o conselheiro Alceu compreende a demanda da Secretaria Executiva, mas pontua que a reunião foi deliberada. Questiona se não teriam como realizar só com a Sociedade Civil que é a maior interessada e julga algo importante; a conselheira Milda pontua que os mesmos pontos são levantados todas as reuniões pois vê que os processos não estão parados, mas não estão evoluindo. Observa uma falta de eficiência por conta de uma conjuntura, que está em deficiência por conta de uma estrutura que mudou, a mesma estando inadequada para a realidade atual. Acredita que deve-se repensar na estrutura, ampliando a capacidade operacional do Conselho. Para tanto, deve-se parar, estudar processos, desenhar e propor. Propõe viabilidade de uma consultoria externa com recursos do fundo; a presidente Adriana acha interessante a fala da conselheira Milda e acredita ser bastante viável a consultoria externa; a conselheira Patrícia questiona qual trâmite para ser realizado; o Secretário Executivo Rokmgelhe relata que precisa-se criar um plano de trabalho que é submetido ao CAF, após aprovação, elabora-se o termo de referência, que ao ser aprovado podem pensar em contratação direta; a presidente Adriana resalta a prioridade do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares em relação aos outros pontos relevantes, e que caso aconteça algo que atrapalhe o processo ou o torno inviável, é responsabilidade do CDCA. Encaminhamento: realização de reunião conjunta, após dia 06 de outubro, do Conselho de Administração do Fundo juntamente as instituições. Fica a conselheira Gláucia responsável em elaborar proposta para avaliação do projeto básico para contratação a ser levado para próxima plenária. IV. Comissão de Políticas Públicas: o conselheiro Alceu relata o projeto “Oficina de Xadrez”, pontua que a Comissão realizou análise do mérito do projeto e expõe seus objetivos. A Comissão deliberou pela APROVAÇÃO, e recomendou a ampliação do projeto para as outras unidades de intimação. Encaminhamento: O pleno deliberou como APROVADO o projeto “Oficina de Xadrez”. Item 5. Encaminhamentos: fica deliberado pelo Pleno que, após reunião do Conselho de Administração o Fundo a ser realizada, as reuniões das Comissões Temáticas ficam canceladas, preservando apenas a Plenária do mês de Setembro com pauta exclusiva voltada ao Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares. Delibera-se que a Secretaria Executiva deve informar a todos os Conselheiros Titulares e Suplentes sobre os cancelamentos das reuniões, a convocação para participação no Processo de Escolha e comunicado sobre a identificação dos mesmos. Fica deliberado como participantes do Grupo de Trabalho o CONEN: as conselheiras Márcia e Ivana como titulares e os conselheiros Caio e Fabiano como suplentes. Encaminhar ao Conselho de Administração do Fundo - CAF a possibilidade de prorrogação de projetos e após análise, avaliação da A.J. O projeto deve encaminhar Projeto Básico a ser analisado em reunião conjunta das Comissões de Política Pública e Formação e Mobilização, e em seguida, remeter a Reunião Plenária. realização de reunião conjunta, após dia 06 de outubro, do Conselho de Administração do Fundo juntamente as instituições. Fica a

conselheira Gláucia responsável em elaborar proposta para avaliação do projeto básico para contratação a ser levado para próxima plenária. O pleno deliberou como APROVADO o projeto “Oficina de Xadrez”. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às treze horas e trinta minutos, a presente ata foi lavrada por Amanda Leite Ferreira – Diretoria de Normas e Comissões do Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente – CDCA/DF que vai assinada pela presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ADRIANA BARBOSA ROCHA DE FARIA
Presidente do CDCA/DF

ATA DA 298ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro do mês de setembro de dois mil e dezoito, no auditório da Secretaria de Estado de Justiça do DF, Brasília/DF, às nove horas, ocorreu abertura oficial da 298ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a Presidência do Sra. Adriana Barbosa Rocha de Faria. Representantes Governamentais presentes: Demontê Júlia Galiza de Oliveira como representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS; Ruth Meyre M. Rodrigues e Daniela Gomes do Nascimento como representantes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEED; Ivana Ribeiro Novaes como representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES; João Miguel Gonzaga de Souza como representante da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SECUL; Cleidison Figueiredo dos Santos e Denise Rodrigues Parreira como representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Ana Paula Soares Marra como representante do Gabinete do Governador (Governadoria); Nathalia Teixeira Júlia Mitiko Sakamoto como representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP; Júlio César Lima e Rosely Soares Antunes como representantes da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal; Ayrtton de Oliveira Guimarães Filhos como representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento a Região Metropolitana do Distrito Federal – SEDRM; Grazielle Soares Mariano como representante da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal; Aureliano Reis Duare, Tatiana da Costa Corrêa Leite e Patrícia Andrade da Silva como representantes da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal – SETRAB; Eduardo Ferreira de Aguiar e Daniel Rocha Pereira como representantes da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR; Representantes da Sociedade Civil presentes: Cláudia Guimarães Leite e Lúcia de Fátima de Sá Freitas Crispim como representantes da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias - ABRACE; Caio Marcelo D’Abreu Machado Valente como representante da Rede Urbana de Ações Socioculturais Ruas; Paulo Henrique Pereira Farias como representante da Inspeção São João Bosco - CESAM/DF; Marcia dos Santos Barbosa e Delma Dias Gomes Pereira como representantes da Visão Social; Alceu Avelar de Araújo como representante do Instituto Batucar; Coracy Coelho Chavante e Francisca Soares de Sousa como representantes do Coletivo da Cidade; Jairo de Souza Junior como representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - SINPROPE/DF; Patrícia Andrade Santiago Silva Mello como representantes do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA; Lauro Moreira Saldanha da Silva como representante do Centro Comunitário da Criança – CCC; Francisco Rodrigues Corrêa como representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal – SINTBREF/DF; Natalícia Rute Nascimento Santana como representante Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultura do Governo do Distrito Federal - SINDISASC; Sinésia José Pereira como representante da Visão Social. Ausentes: representante da Associação Cristã dos Moços de Brasília - ACM; representante do Instituto Cláudio Coelho de Tae-Kwondo / Ong Fazer Valer; representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal – SINTBREF/DF; representante do Obras Sociais Centro Espírita Irmão Áureo; representante do Aldeias Infantis SOS Brasil; representante da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDEST/DF; representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEE; representante da Secretaria de Estado de Juventude do Distrito Federal – SEJUV. Item 1- Abertura: A Presidente do CDCA/DF abre os trabalhos da 298ª reunião Plenária Ordinária e esclarece o objetivo desta Plenária que tem sua pauta voltada ao Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, também expõe como será realizada a reunião. Item 2 - Informes e deliberações da Presidência: Informes e deliberações da Presidência. I. Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares: a presidente Adriana relata que nos dois últimos finais de semana foram realizados treinamentos voltamos aos mesários que trabalharão nas eleições. Pontua a importância da presença dos Conselheiros de Direito no Processo de Escolha, e por isso traz a necessidade da presença de tais e o treinamento desses que atuarão como “juizes eleitorais” nesse processo. Expõe os três vídeos que foram utilizados no treinamento. II. Reunião do Fórum DCA: o conselheiro Coracy relata a reunião que foi elaborada do Fórum DCA tivemos uma reunião do Fórum DCA e pontua os encaminhamentos realizados: deve-se pautar uma reunião do CDCA juntamente ao Secretário de Justiça, construção de Audiência Pública sobre: PPA, LOA E Fundo, e o CDCA deve realizar um ofício para a Câmara Legislativa com intuito na criação da comissão de análise do OCA; a presidente Adriana sugere preparar sugestões de fluxo de funcionamento e melhoramento do Fundo, também sugere uma conversa com a Diretoria de Projetos e Unidade de Gestão do Fundo com intuito de ver as sugestões e demandas que ambos setores teriam, e por fim sugere uma elaboração de pauta prévia a ser levada ao Secretário antes da reunião plenária com o mesmo. Encaminhamentos: delibera-se por

marcação de Reunião Plenária Extraordinária juntamente ao Secretário de Justiça e elaboração de pauta prévia a ser encaminhada ao mesmo. A Secretaria Executiva deve encaminhar ofício a ser realizado para a Câmara Legislativa. Item 3 – Relatoria das Comissões. I. Comissão de Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal: o Pleno assiste os vídeos do treinamento do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares; a presidente Adriana relata que houve uma grande adesão dos servidores do GDF para participarem das eleições, 5.000 pessoas praticamente, uma estrutura de mais de 1.000 urnas, 149 locais de votação, tendo um aumento de 300% em relação à eleição anterior. Ressalta a importância e necessidade dos conselheiros serem divididos em equipes para garantir integridade das eleições, pois tal é responsabilidade do conselho, devendo estes estarem por perto; o conselheiro Cleidison relata que foram realizadas 12 turmas de treinamento de mesários com quase 5.000 servidores que estão aptos para trabalhar nas eleições. O conselheiro entra em questões voltadas às diferenças e melhorias das últimas eleições para a atual, narra que todos os eleitores estão inseridos nas urnas eletrônicas e que nas seções eleitorais do CDCA teremos quantidades maiores de eleitores, relata que 95% das pessoas que foram treinadas já foram mesários, trazendo uma segurança para o processo, e todo o aparato de segurança pública estará envolvida nessa eleição; o conselheiro Paulo questiona sobre a logística dos conselheiros que atuarão no dia das eleições; a conselheira Patrícia questiona se serão feitas as identificações dos fiscais e como serão comprovados. Sugere o registro dos Conselheiros de Direito nas atas das seções; a presidente Adriana ressalta a importância dos conselheiros em todos os locais de votação, e sugere que seja registrado em pelo menos uma ata de uma seção do local de votação que o Conselheiro de Direito passar; o conselheiro Cleidison sugere elaboração de declaração destinada aos Conselheiros da Sociedade Civil; o conselheiro Júlio questiona se os Conselheiros de Direito teriam preferência na hora de votar pois assim otimizaria para poderem fazer as fiscalizações; a presidente Adriana sugere orientação aos mesários para priorizarem os fiscais e os conselheiros de direito na hora da votação; o conselheiro Júlio pontua que as equipes dos conselheiros estão sendo elaboradas pelo Secretário Executivo Rokmenglhe; o conselheiro Francisco expõe que se sente tranquilo em relação a imagem do CDCA pois a mesma está bastante positiva; a presidente Adriana afirma que as equipes dos conselheiros serão montadas por todos juntos para facilitar a logística de transporte; o Secretário Executivo Rokmenglhe ressalta que as urnas de contingência estarão na escola de totalização; a presidente Adriana pontua novamente que conta com a participação de todos para estarem presentes no dia; o Secretário Executivo Rokmenglhe apresenta o link com os documentos necessários para os Conselheiros estudarem para uma melhor participação dos Conselheiros de Direito no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares. Encaminhamento: Os Conselheiros presentes devem entrar em contato com os grupos de trabalho do dia do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares. Encaminhar a necessidade de transporte dos Conselheiros de Direito para a Secretaria Executiva. A Secretaria Executiva deve encaminhar o link com os documentos necessários para os Conselheiros de Direito que participarão do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares. Encaminhamento: Delibera-se por marcação de Reunião Plenária Extraordinária juntamente ao Secretário de Justiça e elaboração de pauta prévia a ser encaminhada ao mesmo. A Secretaria Executiva deve encaminhar ofício a ser realizado para a Câmara Legislativa. Os Conselheiros presentes devem entrar em contato com os grupos de trabalho do dia do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares. Encaminhar a necessidade de transporte dos Conselheiros de Direito para a Secretaria Executiva. A Secretaria Executiva deve encaminhar o link com os documentos necessários para os Conselheiros de Direito que participarão do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às treze horas e trinta minutos, a presente ata foi lavrada por Amanda Leite Ferreira – Diretora de Normas e Comissões dos Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente – CDCA/DF que vai assinada pela presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ADRIANA BARBOSA ROCHA DE FARIA

Presidente do CDCA/DF

ATA DA 299ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, no Salão Nobre do Palácio do Buriti, Brasília/DF, às nove horas, ocorreu abertura oficial da 299ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a Presidência da Sra. Adriana Barbosa Rocha Faria. Representantes Governamentais presentes: Estevão Reis como representante da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal – SETUR; Paulo Dubois Sobrinho como representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEE; Adriana Barbosa Rocha Faria e Cleidison Figueiredo dos Santos como representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Rodrigo Barbosa da Silva como representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS; Ruth Meyre M. Rodrigues como representante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEED; Ivana Ribeiro Novaes como representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES; Grazielle Soares Mariano como representante da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal – SEM; Grazielle Nogueira como representante do Gabinete do Governador. Representantes da Sociedade Civil presentes: Lúcia de Fátima de Sá Freitas Crispim como representante da Associação Brasileira de Assistência à Família de Crianças Portadoras de Câncer e Hemeopatas – ABRACE; Caio Marcelo D’Abreu Machado Valente representando Rede Urbana de Ações Socioculturais Ruas; Paulo Henrique Pereira Farias como representante da Inspeção São João Bosco – CESAM/DF; Márcia dos Santos Barbosa como representante da Visão Social; Alceu Avelar de Araújo como representante do Instituto Batucar; Coracy

Coelho Chavante como representante Coletivo da Cidade; Jairo de Souza Junior como representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF; Rita Silva Ramos como representante do Centro Comunitário da Criança – CCC; Francisco Rodrigues Correa como representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas, Filantrópicas do Distrito Federal – SINTIBREF/DF; Rogério Lima de Aguiar como representante da instituição Aldeias Infantis do Brasil Ausentes: Mônica Fernandes de Souza Faria representante da Associação Cristã de Moços de Brasília; Gláucia de Oliveira Lima representante do Instituto Cláudio Coelho de Tae-Kwondo / Ong Fazer Valor; Milda Lourdes Pala Moraes como representante do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA; Joaquim Pedro Levino da Silva como representante das Obras Sociais Centro Espírita Imão Áureo; Ayrton de Oliveira Guimarães Filho como representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Distrito Federal – SEDRM; Aureliano Reis Duarte como representante da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal – SETRAB; João Miguel Gonzaga de Souza como representante da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal; Fabiano Carvalho dos Santos como representante da Secretaria de Estado de Juventude do Distrito Federal – SEJUV; Juventino Luciano Mondadori de Oliveira como representante Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultura do Governo do Distrito Federal – SINDISASC; Daniel Nazi Coelho como representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP; Valéria de Sousa Rocha como representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDEST. Demais Participantes: Márcia Regina R. dos Santos da Semente da Luz; Sarah Silva da Rocha O. do Comitê Consultivo; João Henrique Barbosa do Lar Bezerra de Menezes, Carrel Ypiranga B. como promotor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT; Marília Silva da Rocha da Sociedade Civil; Elkin Paez Chirgal do Instituto Joca; Raquel Fuzaro da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/DF; Neiva Barreto da SEJUS; Luiz Arangelo de Almeida Carneiro da Unidade de Gestão do Fundo – COORFDCA; Gisele Rabelo de Oliveira da Unidade de Gestão de Fundo; Daniel Gomes da Silva da Unidade de Gestão do Fundo; Fernanda Barbosa Granja da CLDF; Augusto Darolli Loubello da SEJUS. Item 1- Abertura: A Presidente do CDCA/DF abre os trabalhos da 299ª reunião Plenária Ordinária. Item 2 - Informes e deliberações da Presidência. I. Aprovação da Pauta: a presidente Adriana Faria relata a dificuldade de quóruns para a realização das Comissões e explica que, com a não realização da reunião presencial da Diretoria Executiva, foi construída uma pauta indicativa prévia via aplicativo Whatsapp; o conselheiro Jairo de Souza (SINPROEP) sugere incluir informes dos conselheiros; a presidente Adriana Faria sugere colocar o PPA e um pedido acerca da pediatria do HRAN; o conselheiro Jairo de Souza (SINPROEP) sugere a inclusão de PPA e LOA; o conselheiro Rogério Lima (Aldeias Infantis) sugere conversar sobre refugiados que estão se acomodando no Distrito Federal. II. Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares: a presidente Adriana Faria relata que de modo geral as eleições foram bem avaliadas, se deram da melhor forma possível. Explana sobre o aumento de participação de eleitores, que foi cerca de 20.000 pessoas a mais, que as judicializações contra o processo foram mínimas, e também que as denúncias já estão em curso. III. Reuniões das Comissões: Sobre as reuniões de comissões, a presidente Adriana Faria relata que foi realizada a reunião do Conselho de Administração do Fundo - CAF conforme agendada anteriormente onde a pauta tendo sido adiada o máximo possível com uma discussão voltada a cumprir o objetivo estabelecido, publicar mais um edital antes do final do ano de 2019. Afirma que houve uma conversa prévia no CAF para não ser apenas um edital, e sim vários editais; IV. Convite ao Secretário de Justiça: o conselheiro Jairo de Souza (SINPROEP) ressalta que na 298ª Reunião Plenária ficou deliberada a reunião com o Secretário de Estado de Justiça e Cidadania; a presidente Adriana Faria relata que conversou com o vice-presidente Coracy que esclareceu a ela que as entidades da Sociedade Civil estavam se reunindo para tratar de um respeito do Fundo, ficando acordado que ele levasse um documento sinalizando quais seriam as queixas sobre a execução do fundo e quais são as propostas. a conselheira Milda Pala (CECRIA) explica que quando foi solicitado a participação do Secretário de Justiça na reunião plenária era para que o mesmo apresentasse os programas da Secretaria para o Conselho; o conselheiro Francisco Rodrigues (SINTIBREF) esclarece que houve uma confusão de pautas do que foi discutido no Fórum DCA e a Apresentação de Programas; o conselheiro Jairo de Souza (SINPROEP) propõe uma alteração na proposta. A existência do fórum da Sociedade Civil é uma instituição autônoma e não tem ligação com o Conselho. Portanto, as deliberações do Conselho devem ser separadas do Fórum DCA. Parabeniza a Sociedade Civil que compareceu, debateu e levantou questionamento sobre toda a política na reunião do Fórum DCA realizada na semana anterior. Propõe que, primeiramente, os conselheiros devem conhecer o Secretário de Justiça, já que foi encaminhado um PPA, uma LOA para 2020 e 2023 e até o momento não tiveram um pronunciamento sobre as políticas que a Secretaria deve tomar. Relata que na lei é estabelecido que o CDCA é um órgão de assessoramento; a presidente Adriana Faria pontua que é este ponto levantado pelo conselheiro é um novo ponto, já que primeiramente foi uma discussão do fórum levantado pelo conselheiro Coracy; o conselheiro Alceu Avelar (BATUCAR) sugere a realização de uma reunião extraordinária; a presidente Adriana Faria se disponibiliza a consultar data possível juntamente ao Secretário de Estado de Justiça e Cidadania Encaminhamento: verificar disponibilidade do Secretário de Estado de Justiça e Cidadania e realizar convite ao mesmo para participar em reunião futura do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA/DF. V. Pauta Aprovada. Item 3 – Informes da Secretaria: I. Convite do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA: O Secretário Executivo Rokmenglhe informa sobre o convite do CONANDA onde devem ser realizadas indicações de dois adolescentes para a reunião que irá acontecer. a